



Revista Organizações & Sociedade

2024, 31(110), 001-036

© Autor(es) 2024

Seção: artigo

DOI 10.1590/1984-92302024v31n0014PT

e-location: ev31n0014PT

eISSN 1984-9230 | ISSN 1413-585X

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Valeria Gianella

Recebido: 09/12/2022

Aceito: 15/04/2024

Inovação Social Rural: um Estudo Exploratório no Meio Rural do Brasil

Anderson Luís do Espírito Santo^a

Carolina Andion^b

^a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá,
Brasil

^b Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis,
Brasil

Resumo

O propósito deste estudo é compreender como ocorrem as inovações sociais no meio rural – o que facilita e/ou dificulta –, indicando como elas incidem no desenvolvimento rural. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática para identificar como anda a discussão em torno da inovação social no meio rural, seguida de um longo trabalho de campo etnográfico, para examinar as práticas promovidas por famílias que vivem no assentamento rural Taquaral, localizado em Corumbá, no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Mediante um enfoque analítico e metodológico construído sob a égide da sociologia dos problemas públicos, de base pragmatista, e considerando os assentamentos enquanto laboratórios de experimentação, as principais constatações indicam que a inovação social rural é um poderoso instrumento para fazer face aos desafios socioambientais que atingem as famílias rurais e podem conferir vitalidade ao desenvolvimento rural. Contudo, o estudo da inovação social demanda um robusto trabalho de campo para compreender como ela ocorre, afinal, muito mais do que pela difusão de técnicas, ela surge do enfrentamento coletivo a variadas situações problemáticas que atingem os atores ao longo do tempo.

Palavras-chave: inovação social rural; assentamentos; novas ruralidades; desenvolvimento rural; etnografia.

Introdução

Se olharmos com cuidado o debate científico e as práticas de desenvolvimento rural no Brasil, percebemos a convivência de múltiplas visões, projetos e diferentes correntes e paradigmas sobre o que significa desenvolver o meio rural. Partindo das contribuições de Schneider (2010), compreende-se que os pesquisadores brasileiros estão constantemente redescobrendo o meio rural: da Reforma Agrária ao avanço e à consolidação da agricultura familiar; da tecnologia no campo ao crescimento da cultura de grãos e *commodities*; do desafio da disseminação da produção agroecológica e orgânica ao rural para além do agrícola, afora o paradigma da sustentabilidade.

De fato, são diversos Brasis rurais. Entretanto, o progresso de outrora (Cazella *et al.*, 2016), ou que pensávamos ter conquistado¹, vem sendo questionado e o meio rural brasileiro tem patinado entre um pseudodesenvolvimento² e diversas mazelas e desafios, como o atual mal-estar na democracia, a superinflação, a devastação ambiental, o aumento da violência, a pobreza e a extrema pobreza, a liberação em massa de agrotóxicos, a destruição ambiental e outros. Fatores estes, intensificados com a pandemia da covid-19, cujo impacto é alto devido à vulnerabilidade do meio rural e das regiões interioranas (A expansão da covid, 2020). Assim, os espaços rurais vêm se transformando rapidamente no país e, atualmente, vivenciam problemas públicos complexos noticiados diariamente pela mídia, o que levanta a necessidade de repensarmos as rotas em termos de desenvolvimento para essas regiões.

Na esteira das discussões sobre os desafios de se colocar em prática estilos de desenvolvimento mais sustentáveis, justos e inclusivos, emerge, mais recentemente, a discussão sobre as inovações sociais (IS), apontadas como importantes vetores que têm a possibilidade objetiva de influenciar nas trajetórias de desenvolvimento dos territórios seja no meio urbano (Andion, Alperstedt, & Graeff, 2020; Moulaert & Sekia, 2003), ou no meio rural (Bock, 2012, 2015; Espírito Santo, 2021; Lindberg, 2017; Muñoz & Muñoz, 2017; Neumeier, 2012, 2017). Em muitos desses estudos, as inovações sociais se expressam como dinâmicas de mudança social promovidas pela experiência e pela ação coletiva dos atores no território, diante das situações problemáticas³ que enfrentam, com vistas a melhorar a sua qualidade de vida, garantir direitos, combater a pobreza, a exclusão social, e/ou co-construir soluções para os diferentes desafios socioambientais contemporâneos (Klein *et al.*, 2012).

Diante desse cenário, coloca-se a importância de discutir a inovação social no meio rural, afinal, quando se trata de desenvolvimento rural, o social é apresentado como elemento central da inovação (Jean, 2012; Zavratnik, Superina, & Duh, 2019). Dessa forma, nosso objetivo é compreender como ocorre a inovação social no meio rural a partir das práticas – experiências e ação – de famílias e suas interações, indicando como elas incidem no desenvolvimento rural. Sob esse pano de fundo, buscamos contribuir com o avanço na discussão teórico-metodológica sobre inovação social, escapando da polarização que domina esse campo, com a grande maioria das abordagens centrada exclusivamente em uma perspectiva instrumental (Cajaiba-Santana, 2014; Howaldt, Domanski e Kalekta, 2016; Manoel & Andion, 2023; Zavratnik *et al.*, 2019). Compreende-se aqui as inovações sociais como fruto da intervenção e da interconexão de diversos atores e objetos, provenientes de múltiplos setores que se mobilizam e agem em torno dos problemas públicos. Dito de outra maneira, trata-se de captar as “reconfigurações do social produzidas pelas interações entre a criatividade das ações e a regularidade do instituído” (Andion *et al.*, 2020).

Para isso, apresentamos os resultados de um estudo de caso qualitativo realizado entre 2019 e 2021 no assentamento de Reforma Agrária Taquaral, localizado no bioma Pantanal Sul, município de Corumbá (MS). A decisão de operacionalizar essa pesquisa em um assentamento rural, deve-se, primeiramente, à necessidade de retomarmos e reforçarmos a discussão sobre os assentamentos rurais, a concentração fundiária e a Reforma Agrária. Isso porque é urgente refletirmos sobre o valor social da terra, ainda mais no atual cenário, em que a democracia se mostra fragilizada e as políticas públicas conquistadas para a Reforma Agrária estão sendo desmanteladas ou funcionando de forma bem precária. Segundo, pela oportunidade de ter contato com vários grupos de famílias rurais. Em síntese, esta pesquisa busca escapar da visão dominante de inovação no meio rural, percebida apenas enquanto artefato tecnológico para promover um *boom* econômico (Muñoz & Muñoz, 2017). Dessa visão, a literatura já está repleta de estudos, que buscam incentivar o *agrobusiness*, mesmo que a altos custos socioambientais, ou replicar parte desse modelo para a agricultura familiar.

Estruturado em sete partes, nosso trabalho segue, após essa introdução, apresentando o caminho metodológico da pesquisa. O artigo continua fazendo um balanço sobre a inovação social rural, apresentando a abordagem pragmatista de inovação social adotada e percorrendo sobre os principais pontos identificados no trabalho de campo. Posteriormente, são relatados os principais resultados que demonstram como as inovações sociais emergem no meio rural, seguindo com as considerações finais e a apresentação das referências.

Caminho metodológico

Iniciamos este estudo de caso (teórico-empírico) adotando uma abordagem qualitativa de pesquisa, operacionalizada por meio da articulação de três levantamentos: o bibliográfico – artigos, livros e teses –, o documental – 550 páginas de livros atas das associações, de pesquisas já realizadas e de matérias jornalísticas, que permitiu sistematizar a história do assentamento Taquaral – e a revisão sistemática⁴, visando compreender a abordagem do desenvolvimento rural, das novas ruralidades e a discussão sobre inovação social no meio rural. Para uma aproximação do fenômeno estudado, realizamos um minucioso trabalho etnográfico junto às famílias do Assentamento Taquaral, que incluiu a observação direta e participante realizada na Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá (AA AFC), além de entrevistas com as demais famílias do Taquaral e com os *experts* – descritos no Quadro 1, mais adiante. Ao final, a análise de todo material ocorreu sob a ótica da sociologia dos problemas públicos, de base pragmatista, apresentada na seção 4.

Segundo Goode e Hatt (1968, p. 422), “o estudo de caso é um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado; considera-se qualquer unidade social como um todo, seja uma pessoa, uma família ou um grupo social”. Nesse sentido, o que importa é reconhecer suas relações e os difusos processos sociais – crises, compromissos, silêncios e demais elementos que compõem a sua cultura. Portanto, o nosso interesse está voltado muito mais para a descoberta e para a compreensão dos processos sociais em profundidade que ocorrem em torno do assentamento Taquaral, do que inventariar e verificar hipóteses. Dito de outra forma, este estudo de caso não é uma simples escolha metodológica, nem uma pesquisa qualitativa genérica, muito menos um estudo local/avaliativo de um determinado “contexto”. Busca-se, a partir da análise, promover uma interação entre as dimensões e as escalas que compõem o fenômeno.

Inspirados em Godoy (2010), o estudo de caso em tela ora é descritivo, apresentando os dados obtidos durante o trabalho de campo a partir das múltiplas fontes utilizadas, ora é indutivo, pois, no processo de coleta de dados, nos importou captar a experiência e as práticas dos atores para compreender como a inovação social ocorre. Por fim, é também interpretativo, afinal, a teorização emerge dos dados encontrados, ocasião em que a postura etnográfica contribuiu com o estudo de caso para confrontar os dados encontrados, dialogando com as lacunas teóricas identificadas na revisão da literatura.

A etnografia realizada é considerada uma “estratégia global de pesquisa que implica não apenas a adoção de um método, mas de uma postura epistemológica” (Andion & Serva, 2010, p. 147), ou seja, por meio de uma descrição densa do fenômeno, buscamos oferecer contribuições teóricas, pois foi possível captar experiências, ver além da fachada consensual, transcender o particular e localizar as divergências, os compromissos, as interações, as negociações, a luta, em suma, tudo que penetre os significados construídos pelos atores desse território.

Fundamentado em Cefaï (2013), nosso trabalho etnográfico durou seis meses – 5 de agosto de 2019 a 25 de fevereiro de 2020 –, totalizando aproximadamente 310 horas de observações e interações, sendo interrompido pelo avanço e pela intensificação da pandemia da covid-19. Para tanto, envolveu uma sistematização de trabalho baseada em observação prolongada contínua – identificando e acompanhando 58 feirantes do Taquaral nas feiras livres, na comercialização das compras públicas e outros –, fracionada (ir e vir) e em determinado espaço público – nas propriedades dos produtores, em órgãos públicos dos *experts* e, entre outros, nas associações – o que permitiu ter acesso a informações densas, valiosas e fundamentadas na experiência de trabalho de campo – narradas nas cenas públicas, quinta seção.

Na AAAFC, participamos de todas as reuniões do grupo, auxiliamos na gestão do controle financeiro e na organização de documentação. Além de essa vivência, realizamos 67 entrevistas – cinco com integrantes da AAAFC e 62 com outras famílias do Taquaral, feirantes, servidores públicos, famílias de outros assentamentos e com gerentes de projetos – com objetivo de compreender “os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse” (Godoy, 2010, p. 134). Além das entrevistas, também foram realizadas 16 conversas informais com pessoas que não passaram pelas entrevistas, mas foram pontes essenciais para nos conduzir a outras pessoas, ou informar situações conflituosas. Essa jornada etnográfica foi registrada no diário de campo. Por vezes, e com autorização, o registro fotográfico foi um recurso que ajudou a materializar um determinado evento ou discurso. Além do diário, em alguns momentos utilizamos o gravador – via celular e depois transcrito para o diário – e o roteiro de entrevistas, elaborado a partir de todos os questionamentos e das inquietações que os próprios atores foram revelando no decorrer das observações empreendidas.

Por fim, a análise de todo material durou um ano – maio de 2020 a maio de 2021 – e demandou as seguintes atividades: leitura do diário de campo, análise das fotografias, documentos obtidos, das observações realizadas e das entrevistas. O grande desafio é repassar aos leitores tudo aquilo que percebemos no trabalho de campo. Então, a narração, a descrição e a interpretação – a redação desse artigo em si – foram compiladas em torno das cinco cenas públicas do Taquaral e da análise das três arenas públicas, afinal, “o etnógrafo se transforma em um tradutor de várias cenas públicas” (Cefaï, 2010, p. 22), ou seja, dos atos e acontecimentos da vida pública. Ele não apenas populariza o conhecimento apreendido durante o campo. Baseado em Quéré & Terzi (2015), o

etnógrafo viaja entre vários mundos, o natural e o social, dos diferentes atores e reconhece a produção endógena da ordem social. Reconecta várias ações e, agora, diferentemente do passado, assume a problemática e se posiciona frente às circunstâncias e consequências; dá à luz aos atores, dialoga com vozes que lutam para serem ouvidas ou excluídas.

A busca de um estilo e de uma forma para elaborar o texto é outro desafio. Assim, a redação do texto combinou uma descrição da trajetória dos atores e da constituição em si do Taquaral, considerando as principais mobilizações neste percurso. Ademais, a nomenclatura das cenas públicas e de várias expressões que aparecem representam uma tentativa do “pesquisador falar a mesma língua dos entrevistados” (Andion & Serva, 2010, p. 160), de trazer os atores para dentro do artigo, seja nessas expressões ou em transcrição de partes das suas falas/opiniões. Por fim, todo esse trabalho empírico foi analisado à luz da discussão teórica e da revisão sistemática, o que permitiu elencar os resultados da pesquisa e elaborar a conclusão.

Situando a discussão da inovação social no meio rural

Discutir desenvolvimento rural envolve um complexo esforço teórico, interdisciplinar e prático, afinal, seu debate foi passando por profundas transformações, motivadas por questões econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais, que afetaram tanto na sua modernização, como nas atividades e sociabilidades em seu interior (Cazella, 2006). Em síntese, três abordagens dominantes nos discursos políticos e científicos sobre o desenvolvimento rural influenciam e se refletem nas pesquisas sobre o rural e na própria noção de ruralidade que se transforma com o tempo: a Revolução Verde, a abordagem do desenvolvimento territorial e as novas ruralidades.

Até os anos 1980, predominava-se uma concepção voltada à promoção da Revolução Verde no campo, ancorada em uma perspectiva de desenvolvimento universalista – teorias da modernização –, que ocorre pela transferência de técnicas produtivas e inovações tecnológicas para o meio rural, com a prerrogativa de promover o crescimento econômico que acarretaria, por consequência, a redução das desigualdades sociais. A agricultura tradicional, tida como velha, precisava ceder lugar ao novo e próspero modelo de desenvolvimento propagado pela Revolução Verde. Este projeto, de fato, consegue efetivar um modelo agroexportador a partir dos grandes latifúndios, seu principal alvo. Contudo, a utópica promessa de reduzir as desigualdades não foi atingida, pelo contrário, esse modelo promoveu ainda mais a polarização entre o rural e o urbano, aumentou a pobreza no campo, o êxodo rural, o uso intensivo de insumos químicos e as dependências científica e tecnológica do exterior, visto que foi um modelo importado e devido à falta de verdadeira inovação agrária nacional (Delgado, 2001; Navarro, 2001).

Como contraponto a esta visão, a abordagem do desenvolvimento territorial emerge no Brasil com força na década de 1990, fazendo com que o desenvolvimento rural receba uma nova interpretação (Schneider, 2010). Isso ocorre em um cenário de estabilização da economia – início do Plano Real –, de consolidação da nova Constituição (1988) e do reforço ao paradigma da sustentabilidade, impulsionado no país especialmente pela realização da Eco-92 e da disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Se, outrora, o desenvolvimento rural recebia ações de intervenção estatal centralizadas e tecnocráticas, o que afastava os pesquisadores para olhar outras possibilidades, agora eles voltam a campo e dedicam-se a compreendê-lo sob o enfoque territorial (Favareto, 2010). É a partir da Constituição Federal de 1988 que, por exemplo, o Programa Nacional

da Reforma Agrária (PNRA) é consolidado e contribui com a intensificação do processo de criação dos assentamentos rurais o que, somado a outros programas e políticas públicas que surgiram no desenrolar das décadas de 1990 e 2000, incentivou o crescimento e a expansão da agricultura familiar.

Nesse processo, emerge a noção das novas ruralidades, ganhando ímpeto a ideia de que “não faz mais sentido tratar o rural como sinônimo do agrário –, é preciso compreendê-lo, sobretudo, por sua natureza eminentemente territorial” (Favareto, 2010, p. 299). A noção de novas ruralidades vai dar destaque central às raízes, à cultura, às tradições, aos modos de vida da população do campo, e não apenas à questão setorial, como vinha sendo feito. O espaço rural passa a ser interpretado a partir das práticas dos atores que são plurais e diversas e vão além do mero espaço produtivo. O campo passa a ser compreendido como espaço de vida que inclui outras atividades não agrícolas, como o turismo rural e ecológico, a preservação ambiental, o lazer, o artesanato, as tradições culturais, enfim, a própria vida em si (Carneiro, 1998). Isso justifica o fato de não haver uma ruralidade hegemônica, ela se expressa de forma singular e em distintos universos culturais e socioeconômicos. Daí a necessidade de investigar os processos localizados de cooperação das ações dos atores – com repercussão econômica, social, política, cultural e ambiental –, incluso aí suas relações, alianças e conflitos (Cazella, Bonnal, & Maluf, 2009), para compreendermos as diversas ruralidades existentes no território.

Nesse sentido, parece-nos fértil a leitura das inovações sociais como chave analítica para se pensar em novas ruralidades, dado que a discussão sobre inovação social no meio rural é recente e escassa (como discutido a seguir) e que a noção das novas ruralidades não é um estado alcançado de uma vez por todas, mas sim, um processo que se constrói empiricamente, por meio do exercício cotidiano (Carneiro, 1998) e a partir da ação e da invenção dos atores sobre o ambiente em que estão inseridos (Espírito Santo *et al.*, 2023).

Relacionar desenvolvimento e inovação, sob as perspectivas da economia, da tecnologia e da gestão, é um debate que tem uma longa tradição. Destacam-se os estudos que se baseiam no trabalho precursor de Schumpeter (1985), e se concentram em compreender a inovação – seja na cidade ou no campo – sob um viés econômico, tecnológico ou produtivo, com ênfase no fortalecimento dos ciclos econômicos. Essa visão tem influenciado muitas das correntes teóricas que tratam da inovação social (Cajaiba-Santana, 2014), as quais, fundamentadas em uma perspectiva instrumental, priorizam o empreendedorismo, a inventividade e os negócios de impacto como chave para responder às necessidades sociais de um grupo, por intermédio do acesso ao mercado, à tecnologia, ao capital humano e ao ciclo de produção (Lévesque, 2016).

Um olhar mais crítico desse foco puramente instrumental da inovação social tem apontado a fragilidade dessa abordagem, que desconsidera a demanda social do grupo e sua trajetória (razões de seu surgimento), sua composição, o contexto institucional, as consequências (reais e práticas) das inovações sociais nos territórios e a necessidade de um papel mais ativo do governo (Andion, Ronconi, Moraes, Gonsalves, & Serafim, 2017; Howaldt *et al.*, 2016, Espírito Santo & Voks, 2021a). Nessa ótica, “há pouco espaço para olhar a ação criativa dos atores” (Manoel & Andion, 2023, p. 567).

Diante disso, outra tradição tem aproximado a discussão da inovação social ao debate sobre a governança, a ação pública e a questão territorial, indicando a inovação social como um

importante vetor de desenvolvimento (Moulaert & Sekia, 2003). Nessa vertente, a inovação social vem sendo colocada como uma noção capaz de ancorar movimentos de mudança territorial mais firmemente no tecido social e político local ou como uma via para exercitar novas práticas em termos de desenvolvimento (Andion *et al.*, 2020)⁵. A perspectiva do pragmatismo crítico, a qual privilegiamos neste estudo, compreende as inovações sociais enquanto processos de mudança promovidos por atores e actantes de diversos setores, por meio de ações coletivas formais ou informais – incluindo múltiplas dimensões da realidade sejam elas de caráter econômico, social, ambiental, cultural, institucional etc. Esses processos representam respostas a situações problemáticas enfrentadas e promovem consequências desejáveis ou evitam consequências indesejáveis, em uma perspectiva de promoção de futuros almejados, conforme defendido pelos autores pragmatistas clássicos e pelo pragmatismo sociológico contemporâneo.

Assim, estudos mais recentes sobre a inovação social têm defendido a importância de realizar mais pesquisas que demonstrem a configuração de práticas sociais em certas áreas e contextos, focalizada pelos próprios atores sociais (Andion *et al.*, 2020). Entretanto, antes de discutir esta abordagem e de apresentar os resultados obtidos no trabalho de campo, como será que os trabalhos sobre “inovação social no meio rural” têm percebido esse tipo de inovação?

Abordando as inovações sociais no meio rural, Muñoz & Muñoz (2017) indicam que elas não acontecem igualmente, nem de forma aleatória. Na Revolução Verde, como discutido anteriormente, a inovação era em geral compreendida sob a ótica tecnológica, importada de outros países, para ser aplicada ao espaço rural brasileiro. Já no final da década de 1990 e boa parte dos anos 2000, há um grande incentivo para o desenvolvimento tecnológico nacional. A valorização da pesquisa no âmbito rural impactou diretamente os programas, as políticas públicas e a geração de inovações no âmbito da ciência & tecnologia promovidas para dinamizar os espaços rurais do Brasil. Contudo, grande parte dos projetos de inovação é pensada e aplicada nas áreas urbanas, percebidas em oposição ao rural. No agronegócio, embora o país tenha experimentado um grande crescimento no setor, as inovações empreendidas não foram suficientes para resolver as velhas questões vivenciadas no meio rural, como a pobreza, a concentração de terra, o acesso a recursos financeiros e a dependência tecnológica. Para os autores, esta realidade exige uma postura diferente da comunidade científica e, portanto, o conceito de inovação precisa ser ressignificado para além do crescimento econômico.

Frente a estes problemas – e na urgência da ressignificação do termo inovação –, a inovação social tem sido fortemente proclamada em discursos políticos e científicos como um novo paradigma, uma solução para superar os grandes desafios do presente século no meio rural (Neumeier, 2012). Isso porque, a inovação social rural ocorre dentro de conjunturas sociais e culturais específicas e em redes de relações (Noack & Federwisch, 2018), estimulam o desenvolvimento de invenções, concretas e abstratas (Sabourin, Thomas, Egret, & Avilla, 2014), além de novas tecnologias e produtos (Franzoni & Silva, 2016) que afetam as relações sociais, os comportamentos e as atitudes (Rover, 2011). Além disso, se apoiam na criação de um referencial coletivo baseado nos valores de solidariedade e na instalação de processos de aprendizagem a partir da realidade local, permitindo uma intervenção no ambiente (Piroux & Bonnal, 2011).

Buscando reconhecer como a inovação social tem sido tratada nos estudos rurais, foi possível identificar avanços e lacunas na literatura – detalhado na nota 4 –, descritos no Tabela 1 e discutidos na sequência.

Tabela 1

Concepção da inovação social rural

Autores/ano	Compreensão da Inovação Social	Teórico/ Empírico	Palavras-chave
Correia <i>et al.</i> (2018)	Processo de transformação nos padrões de resposta às necessidades sociais	Empírico	Desenvolvimento territorial sustentável; governança
Franzoni & Silva (2016)	IS enquanto perspectiva econômica e tecnológica	Empírico	Tecnologia Social (TS); Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE); Cadeias agroalimentares
Araújo & Cândido (2015)	IS e TS são interdependentes e atuam como vetor de mudança social	Teórico	Desenvolvimento Rural (DR); TS; Desenvolvimento Sustentável (DS)
Paula <i>et al.</i> (2015)	IS visa atender uma demanda social	Empírico	DS; gênero;
Neumeier (2017)	Fatores que apoiam a IS e aumentam a taxa de adesão	Teórico	Difusão; DR Políticas públicas.
Rover, De Gennaro & Roselli (2017)	Transformação de novos projetos sociais - fundamental na promoção do DR	Empírico	Agroecologia; DS; rede de atores
Navarro <i>et al.</i> , (2018)	IS como fonte de crescimento e DT	Teórico-empírico	Políticas públicas
Parada (2016)	IS é uma estrutura/ideia para promover um território inteligente.	Teórico-empírico	Território Inteligente Governança. Tecnologia
Jean (2012)	IS é muito mais que inovação técnica; envolve as três dimensões do DS: social, econômico e ambiental	Teórico	Sustentabilidade; comunidades rurais. Políticas públicas.
Muñoz & Muñoz (2017)	A IS não acontece de forma aleatória e exige participação da comunidade científica	Teórico-empírico	DR; modelo <i>Triple Helix</i> ; tecnologias
Rover (2011)	As IS podem surgir da rede de atores e suas organizações	Empírico	Agroecologia; Mercados; redes
Sabourin <i>et al.</i> (2014)	A IS como uma ideia, empreendimento social	Empírico	Agroecologia, produção orgânica
Lindberg (2017)	Capacitar e mobilizar grupos vulneráveis para transformar o território	Empírico	Projeto Social Empowerment in Rural Areas (Sempre) (empoderamento nas zonas rurais)
Bock (2012)	A IS pressupõe uma atitude crítica em relação ao sistema existente e seus fracassos inerentes. Busca por justiça social e transição para sustentabilidade	Teórico	Sustentabilidade; DR; governança
Butkeviciene (2009)	O principal ator na disseminação da IS é a comunidade	Teórico	<i>bottom up</i> comunidades rurais
Neumeier (2012)	A IS indica uma mudança de atitude e das percepções de um coletivo	Teórico	DR; investigação; agenda de pesquisa
Bock (2015)	A marginalidade rural surge da disparidade espacial de onde está inserida. Demanda política pública e amplo processo de mudança.	Teórico	Marginalização; DR; políticas públicas; empoderamento

Fonte: dados da pesquisa.

A análise dos materiais demonstra que a discussão é mais robusta nos países do Norte e está mais focada no quesito conceitual e na complementação do Estado de Bem-Estar, que, obviamente, já funciona, embora em crise. Apesar de as diferentes perspectivas analíticas adotadas, em geral, os trabalhos defendem que o principal promotor da inovação social no meio rural é a comunidade. Dos dezessete artigos, dez são empíricos ou teórico-empíricos. Desses, todos possuem referencial teórico sobre inovação social, mas alguns não se posicionam frente ao levantamento apresentado

e não deixam claro como, efetivamente, percebem a inovação social nesse processo (Franzoni & Silva, 2016; Rover *et al.*, 2017; Sabourin *et al.*, 2014; Lindberg, 2017; Navarro *et al.*, 2018) e apenas afirmam que o estudo de caso apresentado é uma inovação social. Já outros categorizam que a inovação social é decorrente de uma ação coletiva (Correia *et al.*, 2018) ou de um produto/serviço que deve ser destinado para uma determinada comunidade rural (Muñoz & Muñoz, 2017). Nesse debate, há quem defenda que a inovação social deve ser considerada como um conceito forte, capaz de promover o desenvolvimento rural (Bock, 2012; Lindberg, 2017). Contudo, há quem diga que muitos trabalhos não passam de um modismo, não deixando claro o que de fato é inovação social, nem porque o é.

Os estudos teóricos ainda são limitados – sete no total. No geral, há uma grande corrida conceitual para definir inovação social rural. Esses estudos discutiram, inicialmente, o termo “inovação social” e sua associação ao meio rural, para depois proporem *frameworks*, agendas de pesquisas, além de destacar a importância das políticas públicas e da participação do Estado na transformação dos modos de produção e consumo e do empoderamento da comunidade rural (Bock, 2012, 2015; Butkeviciene, 2009; Jean, 2012; Neumeier, 2012, 2017). Contudo, chamou atenção o fato de que os trabalhos teóricos partiram de uma análise de dados secundários para chegar às concepções teóricas apresentadas. Argumentam que “para entender completamente a inovação social no desenvolvimento rural, há necessidade urgente de pesquisas empíricas fundamentadas em estudo de caso” (Neumeier, 2017, p. 43). Nenhum deles, porém, foi à campo ou explorou na prática como essa inovação ocorre, ou porque não ocorre.

Durante a análise dos dezessete materiais, identificamos os sete artigos mais citados/referenciados por todos. Cinco destes, apareceram na própria revisão sistemática (Bock, 2012, 2015; Lindberg, 2017; Neumeier, 2012, 2017). Outros dois não, e são os trabalhos de Noack & Federwisch (2018) e de Piraux & Bonnal (2011). No primeiro deles, por meio de um trabalho etnográfico na Alemanha, os autores identificaram que a inovação social rural demanda políticas e projetos de desenvolvimento e sua compreensão favorece reconhecer a intersecção de elementos entre o rural e o urbano, compreendendo sua complementação e sua dependência recíproca, a fim de evitar a eterna polarização. No segundo, Piraux & Bonnal (2011) analisaram as ações públicas territoriais e as inovações sociais e institucionais a partir de um estudo de caso no semiárido da Paraíba/Brasil. A partir disso, concluíram que a ação pública territorializada no meio rural surge da preocupação em resolver problemas sociais, como a falta de água. Tal ação demanda tanto uma inovação institucional, partindo do Estado, quanto a mobilização dos atores sociais.

Em linhas gerais, os trabalhos internacionais questionam a ausência do Estado e o ressurgimento das políticas neoliberais. Isso foi muito discutido, por exemplo, por Bock (2015), que defendeu que tais políticas, somadas às crises financeiras, aos projetos de austeridade e aos inúmeros cortes do orçamento, acabaram retirando o Estado de diferentes ações e decisões públicas, transferindo-as aos atores privados, afetando, dessa forma, o provisãoamento do Estado de Bem-Estar e a pressão sobre os indivíduos, elevando a desigualdade social. Com isso, as diferenças entre as áreas rurais mais favoráveis e as marginais têm aumentado, ampliando as desigualdades, a pobreza e contribuindo para a migração para as áreas urbanas. Outra discussão refere-se à importância da participação do governo – mediante o financiamento de projetos – em diferentes programas, caso do Caminho HUB Rural, na Itália, que busca desenvolver ideias e atividades empreendedoras no meio rural (Butkeviciene, 2009).

Já no Brasil, os trabalhos possuem grande influência da abordagem instrumental, uma preocupação exaustiva em definir o termo inovação social, além de validar modelos e estudos de caso, a maioria europeus, que possam (possivelmente) ser aplicados no país. No geral, apresentam a inovação social rural a partir da oferta de novos serviços e produtos, do turismo rural, da inclusão produtiva, da agricultura agroecológica, da comercialização em feiras orgânicas e apontando os desafios para as instituições brasileiras.

Ao final, a leitura desses materiais permite sintetizar os eixos mais trabalhados sobre a inovação social no meio rural:

- Formação de redes de relações sociais para o empoderamento dos atores rurais;
- Oferta de novos serviços e produtos com base na sustentabilidade (agroecologia e produção orgânica e sua melhoria da qualidade de vida e preservação da natureza);
- Exigem a participação do Estado em diferentes programas/políticas públicas;
- Valorização dos aspectos sociais, culturais e a história rural de longo prazo;
- Identificação de metodologias e elaboração de novos conhecimentos/pesquisas.

Nesse sentido, mais uma vez, julgamos que a aproximação dos debates sobre as novas ruralidades e a inovação social coloca-se como uma frutífera lente analítica para compreender as mudanças sociais promovidas – ou impedidas de acontecer – no campo, afinal, a inovação social rural, entendida em termos de efeitos e processos (Moulaert & Sekia, 2003), passa a indicar reconfigurações intencionais, direcionadas às práticas sociais no plano do desenvolvimento rural, incidindo diretamente na vida dos atores sociais (Bock, 2012). Associa-se a isto a sustentabilidade, central para compreendermos esse tipo de inovação no meio rural, pois é composto por um campo de pesquisa interdisciplinar que trata de questões ligadas à relação sociedade-natureza, sendo estas oriundas dos inúmeros conflitos ambientais e de evidências empíricas (Zavratnik *et al.*, 2019; Espírito Santo & Voks, 2021a).

Muito mais que definir o termo *a priori*, o que nos move é compreender, de fato, como a inovação social ocorre, ou o que dificulta o seu processo. Explorando as lacunas apontadas nesta seção, apresentamos, na sequência, uma breve explanação do quadro analítico e metodológico da etnografia de arenas públicas para o estudo das inovações sociais, um caminho de investigação idealizado por Andion *et al.* (2017), detalhado em Andion (2023) e validado em inúmeros estudos empíricos (Espírito Santo & Voks, 2021a, 2021b; Manoel & Andion, 2023; Moraes & Andion, 2018; Gonsalves & Andion, 2019; Magalhães; Andion, & Alperstedt, 2020) que serviram de base para este estudo.

Uma abordagem pragmatista para compreender as inovações sociais

O presente estudo, com foco nas ocorrências de inovações sociais e suas consequências para o desenvolvimento rural, parte de uma série de autores da sociologia contemporânea dos problemas públicos, de base pragmatista (Chateauraynaud, 2017; Cefai, 2017, 2019) que, com inspiração em John Dewey (1927, 1938), exploram a noção de investigação pública – *public inquiry* –, método que busca captar a ação pública promovida pela experiência e pelas práticas coletivas dos atores no território diante dos problemas públicos que enfrentam, com vistas à co-construir

respostas (inovações sociais) para os diferentes desafios socioambientais contemporâneos (Andion, 2023; Andion *et al.*, 2017; 2020; Espírito Santo & Voks, 2021a, 2021b).

Um trabalho pragmatista, segundo Cefai (2017, 2019), pode começar recuperando as diferentes cenas públicas, para entendermos todos os conflitos, conquistas e interações entre os atores. Para Cefai, as cenas públicas são uma topografia dramática que demonstra o mundo vivido; a configuração de atores envolvidos no processo; o poder e a representação (quem fala e age em nome de quem); as temáticas discutidas, denunciadas, reivindicadas e invisibilizadas; os desdobramentos da ação (o que de fato acontece após essa publicização); os conflitos e as finalidades perseguidas. Nessa primeira fase, o foco é reconstituir as cenas a partir da identificação de uma rede de atores (públicos, privados e da sociedade civil) que atuam diante de problemas específicos nas arenas públicas.

A noção de arena pública emerge da abordagem socioantropológica proposta por Cefai (2007), que permite reconectar os microproblemas sociais sob a ótica da democracia (Espírito Santo & Voks, 2021b). Uma arena é coproduzida como um fórum de discussões, em que os atores se encontram, exigem explicações, tomam posições e respondem a críticas. As arenas possuem cenas institucionais que lhes antecedem, nas quais o problema público induz “transformações mais ou menos consequentes, em função da gravidade e amplitude da crise política, do litígio administrativo, da batalha parlamentar, do processo judiciário, da controvérsia científica, da polêmica midiática que está em jogo” (Cefai, 2019, p. 35). Portanto, reconstituir e analisar a trajetória da arena pública – segunda fase – permitirá compreender os desdobramentos do problema público, ou seja, visualizar o que de fato é enfrentado, superado ou arrastado ao longo do tempo.

Contudo, os problemas públicos ultrapassam os enquadramentos institucionais; ganham vida, forma e ressonância na vida social, por intermédio da problematização e da publicização – a capacidade de demonstrar, argumentar e sustentar um dado problema público. Uma arena pública é permeada por conflitos, afinal, é constituída de múltiplos grupos com ideais convergentes e divergentes, que se empenham, como apontado por Cefai (2017, 2019), em controlar a gestão do problema governamental diante da opinião pública e dos poderes públicos.

Portanto, a terceira fase dessa abordagem demanda acompanhar os diferentes coletivos e suas experiências de vida para compreender a experiência e as práticas dos atores em um dado território a partir das cenas públicas, ou seja, reconhecer como uma ecologia dos problemas públicos existentes – fome, violência, desemprego etc. –, é encenada e argumentada diante de vastos auditórios – mobilização coletiva, protestos, denúncias midiáticas e outros –, como se inscreve na representação política – leis, decretos, programas e políticas públicas etc. –, nos programas/projetos dos *experts* – agentes/técnicos de desenvolvimento: universidades, fundações e outros institutos de pesquisa e extensão –; nas estatísticas e no plano jurídico. De tempo em tempo, devido às recursividades, alguns problemas voltam à cena, ganham potência pelas mobilizações coletivas – por exemplo, por mobilizações em torno do acesso à terra e a microcréditos – que buscam interpelar seus objetivos junto à esfera estatal, conquistando reconhecimento e reparação, ou, algumas vezes, continuando à renegação – a exemplo do racismo e/ou do massacre nas favelas.

Partindo dessa visão é que este trabalho adotou e defende uma abordagem pragmatista e crítica de inovações sociais, segundo a qual, a inovação social é interpretada como um processo

político de mudança social e que exige experimentação democrática, ou seja, a mobilização e o engajamento de diferentes coletivos no enfrentamento de situações problemáticas decorrentes das catástrofes socioambientais resultantes dos históricos processos de desenvolvimento. Tal enfoque permitiu delimitar três pressupostos fundamentais sobre os processos de inovação social, discutidos em Andion *et al.* (2017), e destacados a seguir.

- A IS se inscreve em trajetórias longas de configuração: a pesquisa precisa religar a análise microsociológica do enfrentamento dos problemas públicos, à dimensão macroestrutural – do macro ao micro, e vice-versa – para compreender os desdobramentos da ação ao longo do tempo antes de determinada situação – por exemplo, a criação do assentamento; o que levou essas famílias a precisarem da terra – e quanto aos efeitos práticos da ação – quais as consequências após a conquista –;
- A IS se insere em campos de experiência: os efeitos global/macro reverberam no local/micro, daí a importância de compreender as vivências dos atores, suas experiências, práticas, consequências e limitações. Nisso, um trabalho etnográfico se mostra frutífero, pois permite a convivência com os atores pesquisados e o aprofundamento no entendimento social;
- Religar os processos de IS e de mudança social para compreender suas consequências: é necessário identificar um problema público; compreender como ele é enfrentado ou arrastado, quais as controvérsias, os modos de engajamento, as crises e as justificações. São essas cenas públicas, mais ou menos institucionalizadas, que precisam ser religadas, incluindo diferentes atores e coletivos e suas interações, descrevendo suas visões, as políticas e programas públicos existentes, suas ações, inações, silêncios, respostas e resistências na promoção do desenvolvimento rural. Isso permitirá compreender como ocorrem os processos de transformação social mais amplos.

Trata-se de um caminho de investigação pública que vem permitindo compreender a inovação social a partir da identificação e da análise dos processos de experiência e prática dos atores e da formação dos Ecossistemas de Inovação Social (EIS)⁶, noção que permite visualizar, mapear e compreender uma rede de atores, identificando suas interações e seu campo de atuação – meio ambiente, infância, saúde, educação e outros –, além da constituição dos problemas públicos e das dinâmicas democráticas em curso no território (Andion *et al.*, 2020; Magalhães *et al.*, 2020; Espírito Santo & Voks, 2021a). Reconhecer um EIS, por meio da recuperação das cenas públicas, permite, em primeiro lugar, estudar a inovação social a partir do problema público e, em segundo, fortalecer a experimentação democrática, pois fica evidente qual a problematização e a publicação de um determinado distúrbio e a luta por sua solução. Nas palavras de Dewey (1938), trata-se de ver a democracia na prática.

Sob este pano de fundo, propomos, então, mergulhar na realidade do assentamento Taquaral para identificar como suas dinâmicas contribuem para a vida das famílias e do território e em que medidas suas ações e práticas podem ser consideradas inovações sociais.

Inovação social rural: subsídios para entender os caminhos do desenvolvimento rural

Para entender os caminhos do desenvolvimento rural do assentamento Taquaral, suas oportunidades, conquistas e obstáculos, percorremos o seguinte caminho. Primeiro examinamos brevemente a ecologia política do Mato Grosso do Sul, afinal, quando se fala em desenvolvimento, precisamos entender o local de onde o fenômeno estudado parte, para, em um segundo momento, identificar e compreender as diferentes cenas públicas que permeiam o assentamento. Finalizamos com o reconhecimento do EIS composto por uma rede de atores que (inter)agem no Taquaral em várias arenas públicas, que acabam dialogando entre si produzindo importantes efeitos em termos de inovação social, como será demonstrado.

Ecologia política do Mato Grosso do Sul

Politicamente, Mato Grosso do Sul (MS) é um estado muito jovem, que surgiu da divisão do estado de Mato Grosso (MT) ao criar a porção sul, em 1977. Revisitando as primeiras políticas e programas de desenvolvimento de MT e atual MS, fica evidente que todas as ações visavam povoar – em uma leitura colonizadora – e desenvolver economicamente a região, em uma perspectiva extrativista (Espírito Santo, Costa, & Prado, 2023). Até 2022, o estado já teve onze governadores. Todos concorreram à reeleição e foram reeleitos. Destes, dez tiveram/têm vínculo com o agronegócio/latifundiários. Como apontado por Queiroz (2006), todos passaram por escândalos de corrupção, desvios de dinheiro e manobras para favorecer o setor.

Os dados econômicos, publicados pelo próprio governo do MS, e os dados agrários, publicados no último censo agropecuário, demonstram que, apesar da crise, o Produto Interno Bruto (PIB) do MS cresceu em 2019, fechando o ano com R\$109,6 bilhões, dos quais, R\$33,2 bilhões procedentes do agronegócio – destes, R\$21 bilhões gerados pelas lavouras e R\$12,2 bilhões pela pecuária (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017; Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, 2020). A leitura destes relatórios, assim como apontam Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), revela que este expressivo resultado é fruto das várias políticas de apoio e fomento à produção de *commodities*, afinal, grande parte da produção agrícola de MS é destinada à exportação, principalmente a soja. Também decorre da alta concentração de terras, afinal, 68% dos imóveis são pequenas propriedades, enquanto 1,2% são grandes propriedades, ocupando a maior parte da extensão da área rural do estado.

Atualmente, o projeto de desenvolvimento prevalecente se ilustra perfeitamente pelo *slogan* “Agro é pop”⁷, tão comum no Brasil de hoje e no de 1500, portanto, não tão pop e moderno assim! Tal configuração desconsidera, desvaloriza e deslegitima as riquezas naturais de MS, vide as queimadas e grilagens de terra no Pantanal – comprovadamente ocasionadas pelo foco essencialmente agrário-extrativista⁸ – e a grande maioria da população empobrecida, aqui encarnada pelo agricultor familiar. Isso porque, além das práticas e efeitos da agricultura familiar estarem se enfraquecendo no Brasil, elas praticamente desaparecem na trajetória/história de MS quando tratamos dos dados, políticas e programas oficiais⁹. De fato, não há uma divulgação massiva destes dados e nem de políticas específicas, tal qual as *commodities*. Diante disso, a agricultura familiar em MS parece invisível e insignificante, diante da grandeza dos números do Agropop e de sua centralidade já naturalizada como única via de “desenvolvimento” da região e do país.

O levantamento realizado permite concluir que a ecologia política de MS, examinada por intermédio das suas dinâmicas de desenvolvimento rural, apontam que o interesse por trás da criação do estado vem se reafirmando, configurando essa região como uma grande fronteira de expansão agrícola e um celeiro de produção de *commodities* para o Brasil e para o mundo.

Neste cenário nem um pouco pop, a agricultura familiar e as famílias assentadas, apesar de invisibilizadas, estão presentes. Segundo o Relatório Data Luta pela Terra (2019), de 1979 a 2019 foram criados 206 assentamentos no MS, assentando 32.280 famílias. No Brasil, a agricultura familiar produz comida diversa e de qualidade para a mesa das famílias brasileiras e foi a responsável por 23% do total produzido no país. O estado do MS representa 5,9% desse total, o número mais baixo do país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017), justificando a invisibilização apontada acima. Contudo, como veremos no caso do Taquaral, as práticas da agricultura familiar estão presentes e têm sim um papel relevante, tanto no sistema produtivo, quanto na paisagem da ecologia política da região, resultando na criação dos assentamentos rurais e das suas dinâmicas em um estado essencialmente permeado por latifúndios agroexportadores.

Reconhecendo as cenas públicas do assentamento Taquaral

Focalizar os estudos e as análises em assentamentos rurais¹⁰ é frutífero, pois, permite compreender os desdobramentos acerca do agir participativo democrático nos territórios rurais, afinal, como veremos nas cenas públicas do Taquaral (Figura 1), o acesso à terra é apenas uma das etapas na formação do assentamento e, bem como, do desenvolvimento rural. A luta para efetivar a Reforma Agrária é diária e demanda uma luta por inclusão, por ser visto e por ser percebido.



Figura 1. Cenas públicas do Assentamento Taquaral – Corumbá (MS)

Fonte: elaborada pelos autores (imagens cedidas durante a entrevista).

Legenda: I) O nome de cada cena foi criado pelos autores em decorrência da vivência do trabalho de campo. II) A descrição apresentada à direita representa o principal acontecimento durante a respectiva cena pública.

Institucionalmente, o Projeto de Assentamento Taquaral surgiu através da Resolução nº 044, de 20 de outubro de 1989, emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), referente à desapropriação de terras que pertenciam ao Grupo Chamma – um antigo grupo minero-siderúrgico – que foi dividido entre 394 famílias. Está localizado próximo à Baía do Jacadigo (Pantanal), do limite internacional com a Bolívia. O Taquaral é resultado da luta pela terra que

começou na cidade de Ivinhema (MS), onde a pressão das famílias rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez o governo estadual acelerar o processo da criação deste assentamento. Entretanto, sua criação envolve tantas trajetórias, urgências sociais e a própria função da terra anterior ao propósito de servir as famílias ali assentadas, como ilustrado na Figura 1.

Ao recuperar as trajetórias que antecedem a criação do Taquaral, foi possível constituir a **cena 1 (articulação em função da ação situada: a busca pela terra e pela inclusão)** que demonstra que tudo começa com o incômodo, de indivíduos plurais e com origens particulares, mas que compartilham todos eles de situações de exclusão diversas, tais como os camponeses de Santa Catarina após as intensas geadas da década de 1970; os camponeses do Paraná após a crise do café; os brasiguaios que não conseguiram se efetivar no Paraguai e retornam ao Brasil; os corumbaenses que viviam nas favelas sem moradias adequadas; os pantaneiros que ou tiveram suas terras griladas por grandes produtores ou que sofreram com as grandes inundações do Pantanal na década de 1970; e os boias-frias nordestinos que chegaram ao Taquaral para trabalhar na exploração de madeira que servia de combustível fóssil para a usina do Grupo Chamma, sob a promessa de que, ao final do trabalho, seria cedida uma terra para essa gente, o que não se efetivou, pelo contrário, o que ficou foi a intensa degradação ambiental resultante dessa exploração. Entretanto, no lugar de se acomodar e de se aceitar essa condição de exclusão, esses indivíduos resolvem se incomodar, buscar novas possibilidades, experimentar um “fim em vista” (Dewey, 1938), uma vida melhor para si e para sua família.

Temos aqui a associação do individual – interesses, desejos e sonhos – com o comum – compartilhado – (Zask, 2021), além da busca pela posse da terra e, por meio dela, da inclusão social e da conquista de direitos básicos, tão difíceis de colocar em prática em um país como o Brasil e, especificamente no MS, onde temos a duradora centralidade da produção de *commodities* que gera as invisibilizações e a degradação do Pantanal, como discutido anteriormente.

Nesse processo, a terra e a relação com a natureza, o “*ter um chão para cair morto*” (produtor do Taquaral, entrevistado 1), se coloca como esse fim desejado, que alimenta um segundo incômodo “*a luta pela terra e pela inclusão*” (produtor do Taquaral, entrevistado 2), que retrata a **cena 2 – a luta para a criação do Taquaral**. Como dito, a luta pela terra começa em Ivinhema (MS) em parceria com a CPT. A ocupação de terra no sul do estado (Eldorado e Santo Inácio) foi crucial não só para a criação do Taquaral, mas para o desenrolar da Reforma Agrária em MS, já que uma série de assentamentos foi criado a partir daí (Casa Verde, Monjolinho e outros). Isso é fruto de uma luta histórica, mas que se fortalece com o processo de redemocratização do Brasil, afinal, durante a Ditadura os movimentos sociais foram fortemente reprimidos e, no Brasil rural, isso é ilustrado por uma série de massacres e pela violência no campo.

Percebe-se aqui, que as interrelações entre a experiência do Taquaral e a realidade brasileira – do micro ao macro –, são evidentes nessa cena pelo apoio da CPT e pela formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no estado, acontecimentos essenciais para a formação e a legitimação do movimento social nacionalmente, sem perder de vista as suas conquistas junto à política de Reforma Agrária no Brasil em formação e, mais tarde, nas políticas voltadas ao apoio à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do PNAE. Aqui, percebe-se ainda uma importante relação entre as ações coletivas, as inovações sociais e a ação pública. Nesse sentido, o assentamento, enquanto dispositivo de política pública, não emerge de um planejamento governamental e de uma ideia abstrata de direito à terra, definida na Constituição e

na PNRA. A justiça na distribuição da terra, especialmente em uma região como essa, permeada por conflitos sociais, políticos e ambientais históricos é construída pela “luta”, palavra essencial no vocabulário dos sujeitos pesquisados.

Por outro lado, essa luta pela terra e pela inclusão não é garantia de conquista. A partir da **cena 3 (desafios, resistência e o tempo)**, fica evidente a importância da resistência e da resiliência, do manter-se de pé e firme, apesar de todas as adversidades, que são constantes e recursivas. Esta cena começa com a Festa dos Sorteios (1989), episódio em que as famílias se organizaram para sortear com qual lote cada uma ficaria. Todavia, se anteriormente a esse sorteio essas famílias eram chamadas de “sem terra”, após o sorteio, elas passaram a ser os “sem água”, visto que, a PNRA não foi cumprida à risca e o Incra criou um assentamento rural no meio do Pantanal – maior área alagada do mundo –, mas em uma região sem água, contendo apenas água salobra¹¹, o que impacta tanto na nutrição humana, quanto na animal e na irrigação do cultivo.

Além de a falta de água, o cultivo também sofre consequências das condições climáticas da região, marcada por concentração de chuvas no verão e por uma forte estação de seca no inverno e na primavera, impactando essas famílias no início da jornada no Taquaral. Como obter sustento de uma terra de difícil cultivo e sem apoio técnico para aprender quais produções se encaixam nesse ambiente, sem contar a falta de água para irrigação? É nesse processo que várias famílias do Taquaral começam a migrar da agricultura para a pecuária, uma atividade que se mostrou mais viável nessa região.

Entretanto, nem todas as famílias conseguiram fazer essa transição devido à falta de recursos. Diante disso, é comum e compreensível o processo de desistir e abandonar o lote, como vimos em várias experiências narradas ou observadas por nós daqueles que abandonam e/ou daqueles que vendem o lote (mesmo a venda sendo ilegal¹²) para buscar outras alternativas; ou ainda daqueles que buscam outras vias para existir, inserindo-se em outras dinâmicas formais (trabalham como vendedores no comércio local, professores, empregadas domésticas, serviços gerais e outros de carteira assinada), informais (ambulantes, feirantes e outros) ou ainda clandestinas (exploração da madeira, descaminho de produtos vindo da Bolívia e outros), a partir das diversas oportunidades oferecidas, muitas vezes, bem mais viáveis e rentáveis que a lida na terra.

Todavia, aqueles que permanecem, vão buscar se adaptar e inovar permanentemente, tentando desesperadamente construir meios e adequá-los aos fins desejados. Vão cavar para buscar água (fazer poços), vão descobrir qual atividade econômica é viável em uma terra de difícil cultivo, vão criar a escola e contextualizar a educação escolar rural – buscando formar seus filhos para um futuro melhor –, vão buscar melhorar as estradas, além de construir e reforçar as alianças e as interlocuções com outros atores, como a CPT e o MST inicialmente, e mais tarde com outras organizações da sociedade civil e políticos locais, visando fazer acontecer os fins desejados, criando novas práticas produtivas (a produção de mel) e instituições (associações). Ao fazer isso, estes sujeitos vão se transformando (tornando-se mais plurais e diversos) e modificando o espaço em que vivem e o meio rural. É este processo que torna possível os assentamentos e o desenvolvimento rural existirem, com seus dilemas, conflitos, dificuldades e conquistas, e não apenas os dispositivos legais e a vontade política, como magicamente se fala no Brasil.

No entanto, esse processo de enfrentamento das situações de prova está longe de ser linear ou evolutivo, típico da noção de progresso e tão cara à própria ideia de desenvolvimento. No lugar disso, o que se observa nesta experiência é um processo cíclico, de idas e vindas, e contínuo que se aproxima mais do que Dewey (1938) denomina de “melhorismo”, quer dizer, o que se busca sempre é “ser melhor que antes”, mas isso se constrói no próprio caminhar e nem sempre produz efeitos desejáveis.

A trajetória do Taquaral, como demonstrado a partir da **cena 4 (juventude e êxodo rural: como garantir futuros possíveis?)**, evidencia que apesar de toda luta travada e do esforço coletivo evidente, muitas situações problemáticas permanecem e algumas se ampliam, não por acaso, mas como fruto de um descaso histórico, tanto por parte dos governos, quanto da sociedade em geral por essas experiências. Estas estruturas de repetição ocorrem de forma não homogênea, com diferentes velocidades de mudança, atrasos e acelerações, como no caso da falta de água, da falta de apoio técnico e do não recebimento da titulação definitiva – que já se arrasta por 35 anos (1989-2024).

A falta de água, que ainda existe, teve uma melhora com o projeto cisternas, uma parceria entre a CPT, o governo de MS e a prefeitura de Corumbá que ensinou as famílias a capturar água da chuva. O escoamento da produção teve uma melhora com as compras públicas resultantes do PAA e do PNAE, além da implantação do recente PAA municipal, onde Corumbá figura como o único município de MS que criou essa política, visando atender uma cobrança antiga dos produtores da região, que, diferente do PAA nacional, é mais flexível com a participação dos produtores. Isso demonstra a importância e o papel da administração pública em tomar dianteira na resolutividade de vários problemas públicos do meio rural, ao possibilitar a inclusão produtiva rural da agricultura familiar do Taquaral (política local) e de todo o país (políticas nacionais). Ainda assim, a cada geração em que essas situações de prova vão se repetindo, novas demandas, discursos e atores vão sendo incorporados à problemática, o que, com o tempo, faz reacender os incômodos e os conflitos, mas também provoca desânimo e insatisfação nessas pessoas. Diante desse processo, até onde essa experimentação no Taquaral se mantém e se sustenta?

A partir deste questionamento, a **cena 5 (possibilidades de futuro)** destaca a importância de renovar os fins desejados, os sonhos e os projetos, a partir da pluralidade de modos de existir que permeiam esse assentamento, cuja paisagem natural e humana e os anseios – individuais e coletivos – são bem distintos do que se tinha quando ele foi criado. Diante disso, saltam aos olhos o envelhecimento da primeira geração de pioneiros – que chegam em 1989 – e a diferença entre as perspectivas destes e de seus filhos – que chegaram quando crianças ou nasceram no Taquaral –, gerando conflitos geracionais.

Duas questões importantes emergem nessa cena 5 que se reflete em duas demandas evidentes nas falas desses atores. A primeira diz respeito à titulação da terra, que para eles representará um marco, uma ruptura importante, gerando novas possibilidades de futuro. Em 2020, famílias de três assentamentos de Corumbá obtiveram a titulação definitiva, mas, passados 34 anos, o Taquaral continua esperando e sendo denominado “Projeto de Assentamento”, um projeto que até o momento não efetivou demandas básicas previstas na Política Nacional da Reforma Agrária, inclusive aí, a titulação definitiva, e isso já revela o descaso com a Reforma Agrária.

A segunda questão que aparece com clareza nessa cena 5, mas permeia toda a trajetória do Taquaral, se ilustra pelo lema de uma mobilização social realizada em 2010, a “Marcha dos Esquecidos” (Figura 2), que requeria participação efetiva do estado principalmente na recuperação das estradas, apoio técnico, construção de cisternas, perfuração de poços e postos de saúde. Nesse aspecto, as experiências das famílias do Taquaral nos remetem a uma luta não apenas deles, ou da categoria agricultor familiar, mas de todos aqueles públicos no Brasil – que não são poucos – que vêm sendo historicamente excluídos, marginalizados, vulnerabilizados e incapacitados, não só pelos governos e pelas políticas e programas públicos, mas pelos discursos e práticas dominantes da própria sociedade brasileira, que se mostra bastante desigual e pouco democrática.



Figura 2. Marcha dos Esquecidos

Fonte: Depois da Marcha (2010, p. 5).

Ao analisar a trajetória do Taquaral foi possível identificar sua inscrição territorial. A vida social destes atores é marcada por uma série de práticas que se configuram a partir de ações econômicas e sociais, fruto de inúmeras interações entre variados atores que buscam mecanismos que revertam as problemáticas locais, bem como contribuam com o desenvolvimento rural. Na próxima seção, discutiremos como esses atores se conectam em várias arenas públicas, constituindo o Ecossistema de Inovação Social (EIS) produzindo efeitos evidentes nas dinâmicas de desenvolvimento rural do Taquaral.

EIS e as arenas públicas no assentamento Taquaral

A partir da ecologia política de MS e da recuperação e sistematização das cenas públicas do Taquaral, foi possível identificar o EIS do Taquaral, formado pelas famílias rurais que se organizam, principalmente, em torno da Associação da União dos Produtores Rurais do Assentamento Taquaral (Auprat) e da AAAFC, e por uma miríade de *experts* que compõem a configuração de desenvolvimento rural na região. Os principais são descritos a seguir.

Tabela 2

Principais experts em desenvolvimento rural que compõem o EIS do Taquaral

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Presente no estado desde 1962, e desde 1967 em Corumbá, a UFMS tem por missão desenvolver conhecimento por meio da pesquisa, do ensino e da extensão sobre a transformação da sociedade e o crescimento sustentável de sua região. Em Corumbá, sua maior atuação se dá por intermédio do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (Neap), um grupo de professores, técnicos e alunos que atua em parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), com pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Pantanal, da equipe da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), com técnicos que atuam com agricultura familiar das prefeituras municipais de Corumbá e Ladário, município vizinho distante a 10 km do centro de Corumbá.
Embrapa	Criada em 1973, a Embrapa atua por todo Brasil por meio de mesorregiões, potencializando o uso da tecnologia na agricultura. Em Corumbá, as principais áreas de atuação são a agricultura familiar, a agroecologia, a agricultura orgânica, o manejo de pastagens nativas e a produção pecuária.
Incra	Surgiu em 1970, com o objetivo de executar a Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. A unidade de Corumbá está completamente sucateada. Os pátios lotados de carros com defeitos, o prédio em estado de deterioração avançada e apenas uma pessoa responsável na cidade.
IFMS	Os institutos federais surgiram no Brasil em 2000, com objetivo de ofertar uma educação profissional e tecnológica. Uma vez por semana ocorre a Feira em Transição Agroecológica que, além da comercialização em si, organiza alguns projetos de pesquisa que começaram a surgir dentro da instituição, voltados, direta ou indiretamente, à agricultura agroecológica.
Sebrae	O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) busca contribuir com o desenvolvimento da atividade empresarial das micro e pequenas empresas. Isso é estendido para o rural, mediante projetos ligados à apicultura; à pecuária leiteira; ao empreendedorismo rural, e a outros ramos.
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)	O Senar tem por missão promover a capacitação e a profissionalização de todos aqueles que atuam com atividades rurais. Corumbá não possui uma sede do Senar; apenas uma sala dentro do Sindicato Rural. Ao longo dos anos, sempre que solicitado, veio oferecendo minicursos e outras capacitações aos produtores.
Agraer	Esta agência estadual articula a implantação de atividades de assistência técnica para a pecuária e para as lavouras. A região possui dois técnicos, um para cada cidade, cabendo-lhes auxiliar os produtores com a regularização e a documentação com projetos de merenda, financiamento de crédito, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf] (DAP) e outros.
Marinha e Exército	As duas organizações militares contribuem com o desenvolvimento rural da região por meio das aquisições feitas pelo PAA.
Vale	A mineradora atua em Corumbá e em Ladário na extração do minério de ferro e manganês. Incide diretamente a vida dos assentamentos da região, devido à proximidade e a algum impacto ambiental por ela causado. Dentre os seus programas junto à comunidade, destaca-se o Programa Comunidade Participativa, que já contemplou tanto o projeto da apicultura, quanto o da agroecologia.
Banco do Brasil/ Caixa Econômica	São duas instituições bancárias ligadas ao governo federal. A partir delas é que os produtores lutam/conseguem obter créditos e linhas especiais, como o Pronaf.
Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Tanto a Secretaria de Corumbá quanto a Fundação de Ladário são responsáveis por desenvolver as atividades agrícolas da região. Elas organizam a aquisição do PAA; possuem um corpo de servidores que atuam com a agricultura familiar neste território. Como Ladário tem apenas um assentamento rural, o município também compra dos produtores situados em Corumbá.
Secretarias de Educação	São responsáveis por elaborar o cardápio das merendas ofertadas nas escolas de Corumbá e Ladário. Seu papel é fundamental, pois dele decorre a efetivação dos 30% de aquisição de produtos oriundos da produção da Reforma Agrária: um grande desafio que não vem sendo realizado em Corumbá, mas que contou com a sensibilização das nutricionistas em Ladário, que passara, a priorizar mais a produção local.

Fonte: elaborado pelos autores.

e de Ladário, que centralizam a compra e repassam para as escolas, e pelas Escolas Estaduais de Corumbá e Ladário, pois, devido à descentralização, cada escola compra a sua merenda. O excedente acaba servindo para consumo próprio ou sendo comercializado, majoritariamente, nas feiras livres da região.

Este relacionamento não é fácil e nem estável. É permeado por conflitos, seja por demandar ao Poder Judiciário e à mídia local que cobrem da Secretaria de Educação Municipal a operacionalização do Pnae – que em Corumbá ficou paralisado por três anos (2019-2021) inicialmente por desvios, depois por falhas na operacionalização e na expansão da covid-19 –; seja por sensibilizar as nutricionistas e merendeiras das escolas estaduais a criar cardápios que priorizem a produção local; além de requererem apoio técnico estadual (Agraer e Senar) para melhorar a produtividade e o apoio das prefeituras em infraestrutura básicas – estradas, escolas, máquinas, outros.

O objetivo do PAA e do Pnae é tanto contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos – promover a inclusão produtiva rural – quanto garantir uma alimentação nutricional de qualidade para os estudantes da rede municipal e estadual de ensino. No entanto, observamos durante o trabalho de campo, quatro escolas municipais sem oferta de merenda quente, ocasião em que os estudantes comiam biscoito industrializado com suco em pó, sob a justificativa dos diretores de que o número de alunos aumentou e o repasse caiu decorrente dos cortes orçamentários que a gestão do governo Bolsonaro (2019-2022) realizou no período. Isso ilustra uma série de desmontes de tais políticas ocorridas em todo território nacional, não garantindo os direitos dos estudantes (nutricional) e nem das famílias rurais (inclusão produtiva).

Outro grande objeto dessa arena gira em torno da apicultura – desenvolver uma produção sustentável no coração do Pantanal. Os apicultores se articulam por meio da AAAFC e, ao longo da última década (2010-2020), contaram com apoio da UFMS, da Embrapa, da CPT, da mineradora Vale, do IFMS e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para conquistar inclusão produtiva e promover a preservação do Pantanal. A AAAFC possui a certificação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), ou seja, pode comercializar para o PAA, Pnae e no comércio local. Contudo, o desafio é gigante e envolve tanto sensibilizar as nutricionistas e merendeiras das escolas a incluírem o mel na merenda escolar, pois os apicultores relatam que elas percebem o mel como remédio, tendo por isso muita resistência na inserção, quanto enfrentar a concorrência desleal de grandes produtores de outras cidades do estado, que acabam entrando mais facilmente nos supermercados de Corumbá e a preços bem mais atrativos. Durante a pesquisa, no maior supermercado atacadista de Corumbá, um litro de mel da AAAFC custa R\$ 60,95, enquanto o mel concorrente custa R\$ 45,65.

A segunda é a **arena pública do acesso à água**. Corumbá se localiza no Pantanal Sul, a maior área alagada do mundo, contudo, esse recurso hídrico não atende a todos da região. As cenas públicas demonstram que este problema é o mais grave de todos. Surgiu praticamente com a criação do Taquaral e afeta as três arenas públicas simultaneamente, pois, a falta de água prejudica a agricultura e a hidratação humana e animal (arena pública 1), deslegitimando assim a própria Reforma Agrária (arena pública 3).

No Taquaral, é possível encontrar vários poços artesianos com água salobra e rede encanada – que transporta água desses poços. Um determinado número de famílias se localiza próximas à

Baía do Jacadigo e de outras vazantes temporárias. Outras, porém, estão em áreas completamente secas, sem nenhum acesso à água. Em razão disso, as famílias enfrentam graves problemas por falta de rede ou sistema ineficaz de acesso à água que, conforme o PNRA, deveria ter sido instalada pelo Incra.

O problema da falta de água veio, ao longo do tempo, passando por sucessivos distúrbios, uma indeterminação que os atores em torno do Taquaral buscaram circunscrever na região mediante manifestações, demonstrando todo prejuízo que a falta de água gera para as famílias. Esses distúrbios ganharam atenção da mídia, em que diversas reportagens foram divulgadas pela TV Morena (filiada TV Globo) e jornais *on-line* locais, chamando atenção da sociedade para a urgência social. Isso é importante para demonstrar que o problema está diante de nós, embora o Pantanal seja um bioma rico em água. Nesse caso, o EIS começa a ser formado em torno desse problema por meio de celebração de estratégias de cooperação, de competição e de conflito.

A cooperação surge de grandes alianças firmadas entre as famílias do Taquaral com a CPT, a Embrapa e a Prefeitura de Corumbá para implantar o Projeto Cisternas – processo de armazenar água da chuva para remediar a falta de água. Parcerias também foram fechadas com o governo do estado, para a implantação da rede encanada que, aliás, demanda muita manutenção, devido à água ser salobra e, com o tempo, ficarem sedimentos de calcário depositado no interior dessa rede, obstruindo a circulação da água.

Referente aos poços artesianos, alguns foram perfurados pelas próprias famílias em sua propriedade, que conseguiram juntar dinheiro para realizar a obra. O custo é alto e varia conforme profundidade, de R\$ 7,5 mil a R\$ 15mil, conforme relatado pelos produtores. Essa água, por ser salobra, é utilizada na limpeza das casas, em afazeres domésticos, na irrigação das lavouras e na hidratação animal, mas não dá para beber. Contudo, algumas famílias acabam utilizando para esse fim. Devido ao custo dessa perfuração, nem todos tem essa quantia, ficando sujeitos ou à rede encanada disponibilizada pelo estado, ou a comprar água de caminhão pipa, cujo preço varia de R\$ 350,00 a R\$ 500,00. Este valor também não é acessível a todas as famílias, que, na maior parte transportam água em garrafas pet e outros recipientes das casas de amigos e familiares que moram na área urbana até o seu lote.

A existência da Baía do Jacadigo também gera uma possibilidade hídrica, contudo, aqui começam a surgir a competição e os conflitos, principalmente com os fazendeiros do entorno que se dedicam à pecuária. Entre 2019 e 2021, por exemplo, as queimadas no Pantanal intensificaram o secamento de córregos e elevaram as temperaturas em até quatro graus célsius (4°C). Nisso, os produtores do Taquaral começam a levar seus gados para próximo dessa baía, pois vários animais já estavam morrendo de sede. Contudo, ao chegarem lá, foram/são fortemente reprimidos pelos fazendeiros da região, que querem exclusividade no acesso à água do Jacadigo, garantindo assim a hidratação de seu rebanho. Além disso, outro conflito surge com o Poder Judiciário, que, na tentativa de proteger o direito da natureza (preservação) acabou multando parte desses produtores do Taquaral, devido à compactação/assoreamento que o gado ocasiona à beira da baía, podendo causar futuros processos de desertificação.

A escassez da água é um problema mundial e retrata a grande desigualdade social e as dificuldades de se idealizar e de se implantar um uso sustentável desse recurso. A seca contribui

para a propagação das queimadas e isto, associado à falta de chuvas, intensifica ainda mais o acesso à água no Taquaral.

Por fim, temos a **arena pública da Reforma Agrária**, que mobiliza variados atores por intermédio de redes de convenções, acordos e instituições, cada qual com poderes variados e permeados por muitos conflitos. Dentre os principais atores estão todos os assentamentos de Corumbá e Ladário – dez no total –, além do Incra – governo federal –, das Prefeituras Municipais de Corumbá e de Ladário e do Governo do Estado de MS. Em tese, o que move esses atores é fazer valer o programa da Reforma Agrária – acesso à água, estradas, escolas, assessoria técnica e outros –, especialmente a obtenção da titulação definitiva. As ações dessa arena acompanham uma esfera maior, afinal, é o governo federal que acaba ditando o ritmo das (in)ações do Incra. Nessa arena, várias situações problemáticas foram visualizadas, das quais, destacamos três na sequência.

A primeira é o sucateamento do Incra na Unidade Avançada Corumbá. Durante o trabalho de campo foi possível ver o quão deteriorados estão o prédio e a frota da unidade. Todos os veículos estão estragados ou inservíveis, o que prejudica a ida até os assentamentos, as fiscalizações, além de outras atividades inerentes. Para gerenciar dez assentamentos da região, onde estão instaladas cerca de 1.500 famílias, um único funcionário foi encontrado. Isso expõe um desmonte a que foi submetido o projeto. Importante frisar que isso não começou com a atual gestão federal. Pelas condições em que se encontra a unidade, o sucateamento vem de longa data e, atualmente, intensificado com cortes no orçamento que praticamente zerou as verbas destinadas ao Incra¹⁴.

Outro grande desafio desta arena se refere à falta de estímulos fiscais e creditícios. Segundo o Relatório Data Luta (2019), o MS possui 206 assentamentos rurais, com 32.280 famílias distribuídas em uma área de 718.147 hectares (ha). Apesar de os números, a concentração fundiária permanece nas mãos de poucos grandes fazendeiros, reafirmando a manutenção de poder e a grilagem que marcam a história da região. Desde 2010, a ausência de um verdadeiro debate sobre a questão da desconcentração e da redistribuição fundiária dialoga com o interesse do estado em manter projetos desenvolvimentistas fundamentados nas monoculturas de soja, gado de corte e outros grãos, como discutido anteriormente. É justamente esse foco que acaba por definir o quadro de políticas governamentais reservado ao grupo dominante, deixando os assentados e demais pequenos produtores (não assentados) ou agricultores familiares sem espaço na agenda.

Por fim, mas não esgotando as adversidades dessa arena, temos o clientelismo que, enquanto fenômeno político, muda de faceta no decurso da história e pode ter seu poder aumentado e/ou diminuído de acordo com os atores políticos envolvidos e das demandas específicas de uma dada conjuntura. O acesso à água e a oferta de cestas básicas, propostas recorrentes feitas no Taquaral por candidatos a vereador e a deputados estaduais, são bons exemplos disso. O clientelismo muda e se altera ao longo do tempo; ora, a única coisa que não muda são as consequências desse sistema, que é a intensificação da vulnerabilidade social. A corrupção e o clientelismo estão profundamente enraizados no funcionamento das gestões públicas municipais de Corumbá e de Ladário, materializado nos últimos anos com a cassação de prefeitos, prisões em massa de secretários, escândalos, desvios de dinheiro e sucateamento da máquina pública.

São esses diferentes obstáculos que perturbam o desenvolvimento rural e formam a micropolítica constituída e operacionalizada nas diferentes arenas públicas. Eles não são apenas

características, conquistas e entraves, são matérias de experiências que podem – ou não – indicar horizontes para a vida coletiva.

Reconhecer tais arenas permitiu identificar uma grande variedade de atores de diferentes mundos – sobretudo *experts*, muitos deles citados acima – que compõem o EIS em torno do Taquaral. Por meio de regras, compromissos, projetos e contrapartidas, eles vão tentar reverter variados problemas públicos que permeiam simultaneamente todos os atores, como o acesso à água; a necessidade de apoio técnico e a efetivação da Reforma Agrária. Entretanto, no geral, o que vimos nesse trabalho etnográfico no Taquaral é que apesar da melhoria da inclusão produtiva das famílias, de várias delas conseguirem efetivar e comercializar o seu cultivo/criação, os problemas são longamente arrastados.

Resultados da pesquisa

As arenas públicas aqui mapeadas e analisadas demonstram uma “ecologia política” (Cefaï, 2007) complexa que se move em torno e para além do Taquaral, composta por uma miríade de atores e intervenções nem sempre conectadas e em sintonia, como comumente se prevê na literatura tradicional de administração pública. Assim, o principal resultado desse trabalho é demonstrar a importância da etnografia de arenas públicas para compreender a complexidade e em que medida os dilemas da articulação das ações coletivas e da ação pública em resposta aos problemas socioambientais cada vez mais complexos podem ser consideradas inovações sociais.

Na pesquisa em tela, vimos que a ação pública é multicêntrica, multiatores e multifacetada, direcionada por diferentes visões de mundo e colocada em prática por diversas ações coletivas – mais ou menos coordenadas –, promovidas por vários setores que se encontram e se confrontam nas arenas públicas identificadas. A cartografia dos EIS permite compreender como a ação pública emerge da confluência dessas (inter)ações coletivas que se formam em torno das questões e situações vivenciadas no Taquaral, mas vai muito além dele, gerando um ecossistema em torno do problema público, formado por *experts*, burocratas, pesquisadores, Organizações da Sociedade Civil (OSC), mídia etc. São esses diferentes públicos que se engajam, interpretam, discutem, publicizam e promovem soluções para os problemas públicos em torno do desenvolvimento rural nessa região.

Entretanto, nem sempre essa ecologia política e as interações produzidas nas arenas públicas representam resolutividade em relação aos problemas enfrentados em torno da inclusão produtiva rural. Isso porque, muitas das ações públicas coproduzidas não chegam a todos, não são operacionalizadas, não são compreendidas ou não geram efeitos junto às famílias do Taquaral, que a cada ano vêem seus desafios se reproduzindo. Em outras palavras, não é a simples existência do EIS que interessa aqui, mas, sobretudo, as interações que são produzidas por ele e os efeitos (capacidade de resposta) sobre os problemas públicos.

No caso analisado, apesar de existir redes diversas e complexas de atores em torno do Taquaral, os efeitos gerados indicam mais reprodução das iniquidades socioambientais do que seu enfrentamento, demonstrando a formação de verdadeiras “indústrias” – da água, da Reforma Agrária, do apoio técnico aos agricultores familiares –, mas que nem sempre resulta em mudanças permanentes e bem viver nesses espaços de existência, uma vez que o problema volta a fazer parte do cotidiano das famílias, como é o eterno caso da falta de água. “Reforça-se assim, a necessidade

de incluir nas discussões a respeito da inovação social, além do seu caráter político, uma preocupação com a democracia e a justiça social” (Manoel & Andion, 2023, p. 581), fatores que nem sempre são levados em conta pela visão instrumental da inovação social.

Soma-se a essas duas preocupações a emergência das novas ruralidades, especialmente pelo objeto de estudo ser um assentamento rural localizado em um estado agrário, que menospreza os efeitos e os custos socioambientais do Agro Pop. Portanto, priorizar as atividades não agrícolas apontadas por Carneiro (1998) e as alianças e conflitos indagadas por Cazella *et al.* (2009), é um exercício necessário durante a pesquisa para visibilizar e compreender as diferentes ruralidades desse assentamento, que se dedica à apicultura, à lavoura – principalmente mandioca e abóbora –, ao laticínio – mesmo que fora das normativas –, a uma série de serviços públicos (professores, agentes de saúde e outros), às atividades ilegais e ilícitas e se desloca à área urbana para complementar a renda e, assim, ter condições de permanecer no rural. Nesse sentido, a ruralidade presente no Taquaral é uma forma de resistência desse “projeto de assentamento” que já dura 34 anos e custa a se concretizar com a titulação definitiva e a garantia dos direitos do PNRA plenamente atendidos. Fica evidente que a discussão da inovação social no meio rural é fundamental para pensarmos em uma inclusão produtiva rural que se edifique sob a democracia e a justiça social.

Retomando o questionamento central deste estudo, sobre como ocorre a inovação social no meio rural e seus efeitos, com base na revisão da literatura (apresentada na terceira seção) alinhada aos resultados do trabalho de campo (quinta seção) e sob uma ótica pragmatista e crítica das inovações sociais (quarta seção), apresentamos algumas constatações sobre as inovações sociais rurais (ISR) que resultam deste trabalho:

- As ISR vão além de qualquer transposição de novas técnicas produtivas como aponta a literatura *mainstream*. Envolvem processos de mudança social nas interações e nas práticas que exige mobilização dos atores, engajamento e continuidade no tempo;
- As ISR emergem da convergência de ações coletivas variadas e plurais pelas quais os atores tentarão problematizar e publicizar suas situações vividas, além de construir respostas aos problemas públicos encarados como comuns. Essas ações coletivas podem ser mais ou menos coordenadas ou conflitar entre si, pois estão imersas e são influenciadas pela ecologia política das arenas públicas e dos territórios em que fazem parte. Diante disso, não é apenas a existência de um EIS que garante a promoção de inovações sociais, mas, são as interações e os efeitos produzidos por esses ecossistemas no meio rural;
- As ISR surgem no meio rural por meio de experimentos populares, pois não depende exclusivamente do mundo da ciência. Ela não surge apenas dos efeitos da adoção e replicação das melhores técnicas, mas sim, das práticas, lutas, resistências e insistências dos atores que produzem consequências em longo prazo para a paisagem humana e natural rural. Isso ficou claro na recuperação das cenas públicas do Taquaral. A Reforma Agrária é uma luta diária. Se no início a luta era para ter acesso à terra – assentar-se –, a demanda avança e segue para o acesso à água, ao apoio técnico e às linhas de fomento, à operacionalização do Pnae, entre outros narrados;
- A difusão das ISR depende dos portadores sociais, que ocupam um lugar em uma estrutura social local. Por isso, alguns projetos desenvolvimentistas que visam auxiliar as famílias rurais acabam durando apenas certo período, enquanto os portadores estão no

local. Isso indica a importância de considerar o ritmo e os processos de mudança sociais incorporados e promovidos pelas próprias populações rurais, enxergando-as como os principais portadores das inovações sociais a partir de sua experiência e sua relação;

- Durante a pesquisa, a análise localizada, como a que empreendemos, não indica especificamente um estudo micro no sentido individual e isolado, afinal, as ações dos atores no meio rural não ocorrem solitariamente e não são vazias de significados. São processos sociais de interação permeados pela experiência e interconexões que refletem efeitos e problemas locais e globais, sendo importantes para compreender esta interação à memória e o relacionamento entre os atores (coesão social), bem como as relações entre as escalas micro e macro da realidade social.

Conclusão

Com este artigo buscamos compreender como ocorre a inovação social no meio rural a partir das práticas vividas pelas famílias do assentamento rural Taquaral e suas interações com os *experts*, buscando identificar como essa interdependência incide no desenvolvimento rural. Reconhecendo essas práticas e mapeando ecossistemas e suas ecologias políticas, chegamos a três arenas públicas – a da agricultura familiar e sustentável, a do acesso à água e a da Reforma Agrária – nas quais foi possível compreender como ocorrem as inovações sociais no meio rural, ou o que dificulta o seu processo, à luz da revisão sistemática apresentada.

São diversas, no Brasil rural, as lógicas, visões e práticas que coexistem sobre o desenvolvimento rural e que vão alterar substancialmente a vida, a estrutura, a produção e as sociabilidades em seu interior. No início, amparava-se nos ideais da Revolução Verde e, mais recentemente, se ilustra no mitificado programa “*Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo!*”. O resultado dessa investida tem gerado como consequência uma dívida socioambiental acumulada no Mato Grosso do Sul e especificamente na região aqui estudada, como a concentração de terras, a pobreza rural, a ampliação das iniquidades sociais, a falta de água, a exploração de reservas ambientais e de terras indígenas, além de uma estagnação e de um desmonte das políticas para Reforma Agrária e para o apoio à agricultura familiar mais recentemente.

Diante dessa realidade, interpretamos o rural a partir das novas ruralidades, onde este é estudado como um fenômeno multidimensional (econômico, social, cultural, político e ambiental) e não essencialmente agrário, que deriva das práticas cotidianas dos atores no âmbito local. A própria agricultura familiar é aqui desmistificada, afinal, são várias agriculturas que também incluem a lógica de mercado, mas não se resumem a ela, assim como há vários sujeitos plurais que compõem as cenas destes assentamentos. Portanto, faz-se necessário transpor os estereótipos e o caminho fácil das “categorias sociais” pré-estabelecidas, para analisar as experiências reais dos atores frente a diferentes situações problemáticas que precisam enfrentar diariamente, além de verificar em que medidas estas respostas podem ser consideradas inovações sociais.

Por conseguinte, buscamos, inicialmente, identificar como os principais trabalhos têm discutido a inovação social rural. Isso permitiu constatar que a maioria deles se refere a estudos teóricos, sem aplicação de enfoque analítico particular e com poucos trabalhos empíricos. Tal revisão permitiu também demonstrar a relevância de estudos sobre as inovações sociais sob uma lente pragmatista e crítica, que busca transcender a oposição clássica entre as perspectivas

neoschumpeteriana e institucional das inovações sociais, focalizando as interações coproduzidas nos ecossistemas locais de inovação social, bem como seus efeitos na interconexão entre múltiplos atores e setores – do Estado, da sociedade civil e até empresarial – e como estes se traduzem no bem viver coletivo e nos horizontes de expectativas para a população em foco, nesse caso, as famílias do assentamento rural.

Partindo desse esforço e visando contribuir com ele, buscamos avançar na agenda de pesquisa sobre inovações sociais no meio rural, afinal, nos diferentes estudos identificados, ela tem sido apontada como elemento catalisador para lidar com os desafios significativos que as sociedades estão enfrentando agora e terão que enfrentar no futuro.

Essa afirmativa nos remete às conclusões de John Dewey (1927), quando nas linhas finais de *The public and its problems*, defende que a investigação social e a comunicação dos resultados são ferramentas cruciais para remediar os problemas que afligem os públicos no mundo contemporâneo, pois fornecem material para uma opinião duradoura sobre assuntos públicos. Nesse caso, isso se dá tanto na emergência do problema público em torno dos assentamentos rurais quanto na discussão científica sobre a ocorrência de inovações sociais.

A base do enfoque teórico-analítico deste trabalho, de cunho pragmatista, é gerar conhecimento que possa traduzir a política e promover e/ou aprimorar a governança democrática. Portanto, este estudo, partindo da ecologia política, da recuperação das cenas públicas e da identificação das arenas públicas, promoveu um balanço da emergência social que atinge não só as famílias rurais do Taquaral, mas ilustra a realidade de várias famílias espalhadas pelo Brasil rural. Ficou evidente que à medida que um problema ganha força e avança, um conjunto de princípios normativos tentarão dar um tratamento ao público, como é o caso da PNRA. Daí a importância de uma comunidade de investigadores locais, pois, como nos ensina Dewey (1927), eles poderão denunciar as subseqüentes fases de um problema, do seu enfrentamento ao seu arrastamento, como descrito ao longo deste artigo. Então, o papel da pesquisa não se reduz apenas a uma forma de exposição, mas contribui com a coprodução de respostas para o revés.

Referente à inovação social, não há um conceito ideal. O que vimos é que a inovação social é o que essas famílias rurais, diversas e plurais, na sua experiência com a natureza – nas sucessivas provas enfrentadas –, coproduzem para sobreviver, existir e resistir nestes espaços. Por isso, devemos passar a tratá-la no plural – inovações sociais –, pois, por exemplo, ao longo da trajetória do Taquaral, uma balística de inovações sociais foi surgindo, permitindo que a Reforma Agrária, o desenvolvimento rural e a própria vida acontecessem/aconteça.

Os resultados encontrados podem subsidiar uma melhor compreensão de como as inovações sociais ocorrem no meio rural a partir do caso aqui estudado, mas não configuram regras. Todavia, mais do que definir o termo *a priori*, é preciso investigar e ir a campo para compreender como as inovações sociais no meio rural emergem. Reconhecê-las enquanto produtos dos ecossistemas que operam no território e suas consequências, pode ser um gatilho para uma nova governança democrática no meio rural, associadas às novas ruralidades e que podem incentivar o desenvolvimento rural. No entanto, para assim o ser, demanda dar lugar para a experiência dos atores, dar luz à comunidade rural. São os atores que ditarão o ritmo das ações, terão que executar os projetos e definirão quais mudanças querem. A estes atores plurais, não mais invisibilizados, que cabe pensar os futuros desejáveis para o rural e colocar em prática aqueles possíveis, com os

instrumentos e as possibilidades que têm à mão. Assim fazendo, eles reinventam não apenas o seu mundo rural, mas o de todos, além do nosso Pantanal e do nosso planeta.

Referências

- A expansão da covid-19 pelo Brasil interiorano e seus desafios. (2020). *Estado*. Recuperado de <https://bit.ly/3jKBK1C>
- Andion, C. (2023). Social innovation, experimentalism and public governance: an ethnographical approach to study public arenas in the city. *Brazilian Administration Review*, 20(2), 1–17. doi: 10.1590/1807-7692bar2023220124
- Andion, C. & Serva, M. (2010). A etnografia e os estudos organizacionais. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello, & A. B. Silva (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 147-179). São Paulo, SP: Saraiva.
- Andion, C., Ronconi, L., Moraes, R., Gonsalves, A., & Serafim, L. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369–387. doi: 10.1590/0034-7612143195
- Andion, C., Alperstedt, G., & Graeff, J. (2020). Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181–200. doi: 10.1590/0034-761220180418
- Araújo, A., & Cândido, A. (2015). Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. *Espacios*, 36(13), 1-20. Recuperado de <https://bit.ly/3O83H4x>
- Bock, B. (2012). Social innovation and sustainability: how to disentangle the buzzword and its application in the field of agriculture and rural development. *Studies in Agricultural Economics*, 114(1), 57–63. doi: 10.7896/j.1209
- Bock, B. (2015). Rural marginalization and the role of social innovation: a turn towards nexogenous development and rural reconnection. *Sociologia Ruralis*, 55(1), 1–22. doi: 10.1111/soru.12119
- Butkeviciene, E. (2009). *Social innovations in rural communities: methodological framework and empirical evidence*. Recuperado de <https://www.lituanistika.lt/content/25073>
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82(1), 42–51.
- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6(2), 53–75.
- Cazella, A. A. (2006). Contribuições metodológicas da socioantropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*, 4, 225-248.
- Cazella, A; Bonnal, P. & Maluf, R. S. (Orgs.). (2009). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.
- Cazella, A., Capellesso, A. J., Medeiros, M., Tecchio, A., Sencébé, Y., & Búrigo, F. L. (2016). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência

- social. *Política & Sociedade*, 15, 49–79. doi: 10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49
- Cefaï, D. (2007). *Porquoi se mobilise-t-on? les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte.
- Cefaï, D. (2010). *L'Engagement ethnographique*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (447-472)
- Cefaï, D. (2013). ¿Qué es la etnografía? primera parte: arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. *Persona y Sociedad*, 27(1), 101–119.
- Cefaï, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, 36(1), 187–213. doi: 10.25091/S0101-3300201700010009
- Cefaï, D. (2019). Publicidades: um argumento pragmatista. *Estudos de Sociologia*, 1(25), 9-44. Recuperado de <https://bit.ly/3yeiDYn>
- Chateauraynaud, F. (2017). A captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(95), 1–20. doi: 10.17666/329504/2017
- Correia, S. N., Oliveira, V. M. de, Feitosa, M. J. S., & Gómez, C. R. P. (2018). Inovação social para o desenvolvimento sustentável: um caminho possível. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(3), 199–212. doi: <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i3.5228>
- Delgado, G. C. (2001). Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, 15(43), 157–172.
- Depois da Marcha dos Esquecidos, assentados definem ações com prefeito* (2010). *Diário Corumbaense*, 4(839), 5.
- Dewey, J. (1927). *The public and its problems*. Chicago: Swallow Press.
- Dewey, J. (1929). *Experience & nature*. London: Paul Carus.
- Dewey, J. (1938). *Logic: the theory of inquiry*. New York: Holt, Rinehart & Wiston.
- Dodier, N.; Barbot, J. (2017). A força dos dispositivos. *Sociedade & Estado*, 32(2), 487–518. Recuperado de <https://bit.ly/3H7xtVn>
- Espírito Santo, A. L. (2021). *No rural tem inovação social! um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteira Brasil-Bolívia* (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Espírito Santo, A. L. (2023). *No rural tem inovação social! a trajetória dos processos de mobilização e resistência do assentamento rural Taquaral (Corumbá/MS)*. Campo Grande, MS: Life.
- Espírito Santo, A. L., & Voks, D. (2021a). Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteira. *Organizações & Sociedade*. 28(99), 1–29. doi: 10.1590/1984-92302021v28n9906PT
- Espírito Santo, A. L., & Voks, D. (2021b). Configuração de uma experiência pública: o caso das feiras na fronteira Brasil-Bolívia. *Análise Social*, 56(241), 668–691. doi: 10.31447/as00032573.2021241.03
- Espírito Santo, A. L., Costa, E. A., & Prado, L. A. S. (2023). Marketing ecosocial: un enfoque para evaluar la comercialización de canastas agroecológicas. *Estudios Rurales*, 13(28). doi:

10.48160/22504001er28.483

- Favareto, A. (2010). A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados*, 24(68), 299–319.
- Franzoni, B., & Silva, N. (2016). Inovação social e tecnologia social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 14(37), 353–386. doi: 10.21527/2237-6453.2016.37.353-386
- Godoy, A. S. (2010). Estudo de caso qualitativo. In Godoi, C. K., R. Bandeira-de-Mello, & A. B. Silva (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 115–146). São Paulo, SP: Saraiva.
- Gonsalves, A.; Andion, C. (2019). Ação pública e inovação social: uma análise do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de Florianópolis. *Organizações & Sociedade*. 26(89), 221-248. doi: <https://doi.org/10.1590/1984-9260892>
- Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1968). *Métodos em pesquisa social* (2a ed). São Paulo, SP: Nacional.
- Howaldt, J. Domanski, D. & Kaletka, C. (2016). Inovação social: em direção a um novo paradigma de inovação. *Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 20–44.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2017*. Recuperado de <https://bit.ly/2YaRyDi>
- Jean, B. (2012). A new paradigm of rural innovation: learning from and with rural people and communities. *Canada Research Chair on Rural Development*. Recuperado de <https://www-sre.wu.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa14/e140826aFinal00131.pdf>
- Klein, J.-L. et al. (2012). The Québec system of social innovation: a focused analysis on the local development field. *Finisterra*. 94(1), 9–28.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. São Paulo, SP: EdUSC.
- Lévesque, B. (2016). Économie sociale et solidaire et entrepreneur social: vers quels nouveaux écosystèmes? *Revue Interventions Économiques*, 54(1), 1–45.
- Lindberg, M. (2017). Promoting and sustaining rural social innovation. *European Public & Social Innovation Review*, 2(2), 30–41. doi: 10.31637/epsir.17-2.3
- Magalhães, T., Andion, C., & Alperstedt, G. D. (2020). Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. *Cadernos EBAPE.BR*, 18, 680–696. doi: 10.1590/1679-395120190159
- Manoel, A. A. & Andion, C. (2023). Agricultura urbana, inovação social e governança: um estudo em Florianópolis. *Cadernos Metrópole*, 25(57), 563–590.
- Moraes, R. L.; Andion, C. (2018). Civil society and social innovation in public arenas in Brazil: Trajectory and Experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE). *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 29, 801-818. doi: 10.1007/s11266-017-9867-8
- Moulaert, F., & Sekia, F. (2003). Territorial innovation models: a critical survey. *Regional Studies*, 37(3), 289–302. doi: 10.1080/0034340032000065442

- Muñoz, E., & Muñoz, A. (2017). A inovação social para o desenvolvimento rural: desafios para as instituições brasileiras. *Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária*, 1(2), 146–158. Recuperado de: <https://bit.ly/3Ohmb1H>
- Nardoque, S., Melo, D. S., & Kudlavic, M. (2018). Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. *Revista Okara: Geografia em debate*, 12(2), 624–648. doi: doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41333
- Navarro, Z. (2001). Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, 15(43), 83–100.
- Navarro, F., Labianca, M., Cejudo, E., Rubertis, S., Salento, A., Maroto, J. C., & Belliggiano, A. (2018). Interpretations of innovation in rural development. *European Countryside*, 10(1), 107–126. Recuperado de <https://bit.ly/3Ak8JVA>
- Neumeier, S. (2012). Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? *Sociologia Ruralis*, 52(1), 48–69. doi: [10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x)
- Neumeier, S. (2017). Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. *The Geographical Journal*, 183(1), 34–46. doi: [10.1111/geoj.12180](https://doi.org/10.1111/geoj.12180)
- Noack, A., & Federwisch, T. (2018). Social innovation in rural regions: urban impulses and cross-border constellations of actors. *Sociologia Ruralis*, 57(1), 1–21. doi: [10.1111/soru.12216](https://doi.org/10.1111/soru.12216)
- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. (2019). *Relatório Data Luta Brasil*. Recuperado de: <https://bit.ly/3Ov7pEO>
- Parada, J. (2017). Innovaciones sociales para territorios “inteligentes”: ¿ficción o realidad? *Problemas del Desarrollo*, 48(190), 11–35. Recuperado de: <https://bit.ly/3g7N0JK>
- Paula, E. V., Penha, E. D., Silva Filho, J. C., & Souza, L. (2015). Inovação social e o desenvolvimento sustentável na agricultura: o caso do projeto Mulheres de Corpo e Alga. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 8(2), 1–20.
- Piroux, M., & Bonnal, P. (2011). Ações públicas territoriais e inovações sociais e institucionais: o caso da Borborema e da articulação do Semiárido. *Estado & Sociedade*, 19(1), 62–87. Recuperado de <https://bit.ly/3HMFygr>
- Queiroz, P. R. C. (2006). Mato Grosso - Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidade (um breve ensaio). *Diálogos*, 10(2), 149–184. Recuperado de <https://bit.ly/3NgkOij>
- Quéré, L.; Terzi, C. (2015). Pour une sociologie pragmatiste de l’expérience publique. Quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l’ethnométhodologie. *Sociologies*, 7(1), 1–18
- Relatório Data Luta Brasil. (2019). *Banco de dados das lutas por espaços e território*. Recuperado de <https://x.gd/r5fYX>
- Rover, O. J. (2011). Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 56–63. doi: [10.4013/1044](https://doi.org/10.4013/1044)
- Rover, O. J., De Gennaro, B. C., & Roselli, L. (2017). Social innovation and sustainable rural

development: the case of a Brazilian agroecology network. *Sustainability*, 9(3), 1–14.

Sabourin, E., Thomas, S., Egret, L., & Avilla, M. L. (2014). Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. *Sustentabilidade em Debate*, 5(3), 98–119. doi: 10.18472/SustDeb.v5n3.2014.10754

Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, 30(3), 511–531, doi: 10.1590/S0101-31572010000300009

Schumpeter, J. (1985). *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, SP: SBS.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. *PIB industrial MS 2019*. Recuperado de <https://bit.ly/31HijBd>

Zask, J. (2004). L'enquete sociale comme inter-objectivation. In B. Karsenti, & L. Queré (Dir.). *La croyance et l'enquete aux sources du pragmatisme* (pp. 141-163). Paris: Raisons.

Zask, J. (2021, 21 abril). *Le jardin partagé, une école de la démocratie*. Recuperado de <https://bit.ly/3wfXPf6>

Zavratnik, V., Superina, A., & Duh, E. S. (2019). Living labs for rural areas: contextualization of living lab frameworks, concepts and practices. *Sustainability*, 11(3797), 1–17. doi: 10.3390/su11143797

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

Notas

1. Exemplificados, no plano político, com a operacionalização de diversas políticas públicas que incentivaram a agricultura familiar, a Reforma Agrária, a demarcação das terras indígenas, o acesso ao mercado, entre outros; e, no plano científico, com o conceito de novas ruralidades, que recoloca a agricultura no centro da discussão a partir da noção de território e, dessa vez, considerando uma agricultura – sobretudo a familiar – integrada com o meio ambiente e que pode se colocar como uma via de resposta para as crises sociais, sanitárias e ambientais, especialmente no caso do Brasil, que é marcado por desigualdades sociais geradoras de pobreza e êxodo rural.
2. O Brasil tem historicamente promovido uma agricultura moderna de grãos, principalmente nas frentes pioneiras do Centro-Oeste, região onde foi realizado este estudo. As monoculturas do deserto verde – soja, milho e pastagem/pecuária – até geram um elevado PIB e se destacam no panorama produtivo nacional, ilustrado pelas altas safras comemoradas anualmente. Contudo, os custos sociais e ecológicos desta política de desenvolvimento são altos, exemplificados pelas recentes queimadas no Pantanal e na Amazônia, o que demonstra um verdadeiro retrocesso para o desenvolvimento rural do país.

3. Tudo aquilo que causa um distúrbio na vida dos atores. Para mais cf. Dewey (1938).
4. A revisão foi realizada de outubro a dezembro de 2018, nas bases de dados Spell, Scopus e Capes Teses e Dissertações. Foram definidos os seguintes termos: “inovação social” e “inovação social rural” – “*social innovation*”; “*rural social innovation*”. Chegamos a 51 materiais – 45 artigos e seis teses doutorais. Focando na análise dos artigos científicos, 29 deles tratam da IS, de forma mais ampla, e destes, 17 abordam especificamente a IS no meio rural – dez empíricos e sete teóricos – sendo utilizados neste trabalho.
5. Não é nosso objetivo apresentar a ampla revisão conceitual e histórica sobre a inovação social, afinal, inúmeros trabalhos, nesse sentido, já foram realizados. Portanto, optamos por justificar a importância de explorar outros caminhos sobre a inovação social além da abordagem instrumental dominante (de influência schumpeteriana) –, o que fizemos sob a ótica do viés pragmatista das inovações sociais. Reconhecemos que esse conhecimento é necessário, afinal, são inúmeras abordagens com vieses específicos e que acabaram influenciando os trabalhos encontrados na revisão sistemática. Para reconhecer e aprofundar essa discussão, recomendamos Andion *et al.* (2017) e Magalhães *et al.* (2020), que trazem a discussão dos principais paradigmas da IS; e Santo (2021, p.84-104), que apresenta uma trajetória interdisciplinar sobre a IS.
6. Para conhecer mais sobre a operacionalização dessa abordagem, acesse a rede de EIS do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (Obisf). Cf. <https://observafloripa.com.br/> e confira Andion (2023).
7. Refere-se ao atual modelo de desenvolvimento rural do Brasil que, revestido de monetização e mundialização de capital, busca impulsionar a exportação de *commodities*. Isso gera altas cifras aos latifundiários, contudo, um sobrecarregado custo socioambiental, como o avanço da pobreza e a destruição dos biomas. A propaganda política “*Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo*” busca legitimar o agronegócio brasileiro, ocultando verdades, destruição e dominações históricas.
8. 99% do fogo é de origem humana. Cf. <https://bit.ly/3dBTfAv>
9. Não foram encontrados dados institucionais estaduais – aqueles publicados a partir de relatórios do governo – atualizados sobre o panorama da produção da agricultura familiar estadual, porém, são vastamente encontrados dados sobre a produção das *commodities* de MS.
10. A discussão sobre assentamentos rurais é ampla e profunda. Para adentrar em profundidade cf. Leite, S., & Medeiros, L. (2004) *Impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, além dos materiais contidos nas referências deste trabalho.
11. Refere-se à água que possui salinidade intermédia entre a água salgada (marinha) e a água doce. Isso ocorre por ela ter mais sais dissolvidos, principalmente cloretos (Espírito Santo *et al.* 2023).
12. A venda de lotes de forma irregular pode ser considerada crime de estelionato. Cf. <https://bit.ly/3BErhkr>
13. Segundo Latour (2012, p. 104), “os atores se expressam a partir de diretrizes, manuais, porta-vozes [portanto, para aprender com os atores] siga os atores enquanto enveredam por meio

das coisas que acrescentaram às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança”.

14. Com orçamento apertado, Incra mapeia parlamentares atrás de verba de emendas. Cf. <https://bit.ly/3wiloVd>

Autoria

Anderson Luís do Espírito Santo

Doutor em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor no Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* do Pantanal. Coordenador do Observatório de Inovação Social da Fronteira e do Núcleo de Estudos em Inovação Social da Fronteira.

E-mail: anderson84lui@gmail.com

ORCID: orcid.org/0000-0001-6507-974X

Carolina Andion

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina com pós-doutorado em Economia Social pela Universidade de Valência e em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV). Coordenadora do Observatório de Inovação Social de Florianópolis e do Núcleo de Estudos em Inovações Sociais na Esfera Pública (Nisp).

E-mail: andion.esag@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4723-3437>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Primeiro autor: concepção (igual), curadoria de dados (líder), análise formal (igual), investigação (líder), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (líder).

Segunda autora: concepção (igual), curadoria de dados (apoio), análise formal (igual), investigação (apoio), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (apoio).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do *open data* busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional